

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº 1.307, DE 2024

Dispõe sobre a entrega domiciliar gratuita de medicamentos de uso contínuo às pessoas idosas e com deficiência e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

“§ 3º Constitui prática discriminatória a imposição à pessoa idosa de exigências desproporcionais ou injustificadas, não exigidas das demais pessoas, para o acesso a serviços públicos ou privados, inclusive a obrigatoriedade de comparecimento presencial.” (NR).

Art. 2º O art. 15º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º-A:

“§ 3º- A. É assegurado à pessoa idosa com mobilidade reduzida, após avaliação por equipe de saúde, a entrega domiciliar de medicamento na forma do regulamento.” (NR).

Art. 3º O art. 18º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei da Pessoa com Deficiência), passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:



“§ 5º É assegurado à pessoa com deficiência com mobilidade reduzida, após avaliação por equipe de saúde, a entrega domiciliar de medicamento na forma do regulamento.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 17 de junho de 2025.

Deputado DUARTE JR.
Presidente

